



MINISTÉRIO DE PORTOS E AEROPORTOS

ATA DE REUNIÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO DO FÓRUM PERMANENTE PARA DISCUSSÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA OS TRABALHADORES AQUAVIÁRIOS

Data: 28 de maio de 2025

Horário: 10h00 às 12h30

Local: Sede SINDMAR, Av. Pres. Vargas, 309-16º Andar - Centro, Rio de Janeiro - RJ, 20040-010

1. ABERTURA

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, às dez horas, na Sala de Reuniões da sede do SINDMAR, situada na Av. Pres. Vargas, 309-16º Andar - Centro, Rio de Janeiro – RJ, reuniu-se, em caráter ordinário, os membros do Fórum Permanente para Discussão de Políticas Públicas para os Trabalhadores Aquaviários. A reunião foi presidida pelos Srs. Dino Antunes Dias Batista e Otto Luiz Burlier da Silveira Filho, representantes do Ministério de Portos e Aeroportos – MPOR, conforme designado na Portaria Nº 185, de 11 de março de 2025 e Portaria nº 78, de 31 de março de 2025.

2. PRESENÇAS

Estiveram presentes os seguintes membros do fórum e convidados:

1. ALEXANDRE LIMA LUSTOZA, CAPITÃO DE MAR E GUERRA, DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO – MARINHA DO BRASIL
2. ANDERSON ALVES PEREIRA LOPES, CAPITÃO DE FRAGATAS, DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS – MARINHA DO BRASIL
3. BRUNA MARIA ABINADER COSTA, ANALISTA SUPERIOR – MPOR
4. CARLOS AUGUSTO MÜLLER, PRESIDENTE – CONTTMAF
5. CLAUDENIZ FERNANDES GUIMARÃES, CAPITÃO DE CORVETA, DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO – MARINHA DO BRASIL
6. DINO ANTUNES DIAS BATISTA, SECRETÁRIO NACIONAL DE HIDROVIAS E NAVEGAÇÃO – MPOR
7. GUSTAVO MENEZES – SINDMAR
8. JONAS SOARES DOS SANTOS FILHO, GERENTE DE REGIONAL – RJ DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS – ANTAQ
9. JONES SOARES, DIRETOR DE TRANSPORTE MARÍTIMO – TRANSPETRO
10. JOSÉ NILSON SILVA SERRA, DIRETOR DE EDUCAÇÃO – SINDMAR
11. JOSÉ REBELO III, PRESIDENTE – ABANI
12. JOSÉ VÁLIDO AZEVÊDO DA CONCEIÇÃO, 2º PRESIDENTE – SINDMAR
13. LILIAN DE CARVALHO SCHAEFER, VICE-PRESIDENTE EXECUTIVA – ABEAM

14. LUIS FERNANDO RESANO, DIRETOR-EXECUTIVO – ABAC
15. LUIZ PENTEADO – FNTTAA
16. MARCELO DA SILVA COELHO, CAPITÃO DE FRAGATA, DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS – MARINHA DO BRASIL
17. MARCIO VINICIO DE SOUZA ANDRADE, DIRETOR SOCIAL – SINDFOGO
18. MARCOS AUGUSTO DE ALMEIDA, ABAC
19. MARCUS VINICIUS BALBINO DA SILVA MARQUES, PRESIDENTE – SINDEXTAROL
20. MARIO BASTOS FERRAZ DE MENDONÇA, ASSESSOR - SYNDARMA-ABEAM
21. MAURO COSTA CAVALCANTE FILHO, MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO – TEM
22. OTTO LUIZ BURLIER DA SILVEIRA FILHO, DIRETOR DE NAVEGAÇÃO E FOMENTO – MPOR
23. PAULO CEZAR CLAUDINO LINDOTE SANTANA, PRESIDENTE – SINDFOGO
24. RICARDO LEITE GOULART PONZI, PRESIDENTE DA FNTTAA

3. PAUTA

A pauta da reunião foi previamente definida e encaminhada por e-mail aos participantes, contendo os seguintes itens:

1. Abertura, com Senhor Dino Antunes
2. Posse dos representantes
3. Aprovação da agenda
4. Exposição dos temas: Relator: Carlos Müller • Modernização das Infraestruturas do CIAGA/CIABA, Formação e Capacitação de Marítimos
5. Definição da data da próxima reunião.
6. Proposta de temas para próximas reuniões (temas propostos anexo I)
7. Encerramento

4. APRESENTAÇÕES, DELIBERAÇÕES

4.1 – Aprovação dos temas da agenda anual:

Sr. Dino Antunes:

Inicialmente foi feita a abertura oficial da 1ª Reunião do Fórum Permanente para Discussão de Políticas para os Trabalhadores Aquaviários e formalizada a posse dos representantes presentes. Foi apresentada a agenda anual de trabalho, que contou com as seguintes contribuições e deliberações:

Sr. Otto Burlier:

A respeito da agenda proposta para o mês de agosto, mencionou que alguns temas já estão em desenvolvimento, como a Portaria de Embarcações Sustentáveis, a qual está em fase de elaboração. Parte dos temas trabalhados dentro da portaria tem ligação com o foco do Fórum, como a exigência de 2/3 de tripulantes nacionais, embarcações socialmente sustentáveis e o incentivo à participação feminina na atividade marítima. Ressaltou que o Decreto do BR do Mar está em vias de aprovação e assinatura.

Sr. Carlos Müller:

Informou que está prevista a realização, em outubro, do Seminário Internacional para Transição Energética Justa para Aquaviários. A proposta parte de um Memorando de Entendimento com a Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes (ITF), enviado pela CONTTMAF ao MPOR. O objetivo é realizar um evento internacional, um mês antes da COP 30, com foco em trabalhadores de todos os modais de transporte, e não apenas marítimos e fluviais. Defendeu a assinatura do memorando com participação de empregadores, sindicatos patronais e a CNT, para dar maior visibilidade internacional para os compromissos brasileiros.

Sr. Dino Antunes:

Destacou a importância do que foi apresentado por Carlos Müller e comprometeu-se a verificar o andamento da assinatura do MoU com a equipe da Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação. Pontuou ser essencial importante andarmos no mesmo caminho trilhado pela IMO, e discutir a descarbonização de

toda a matriz logística brasileira e não apenas da navegação, citando como exemplo a superioridade ambiental das embarcações em comparação com caminhões modernos. Sugeriu a apresentação de instrumento semelhante aos da IMO de transferência de carbono, considerando todos os modos de transporte, sendo que o esboço de instrumento normativo poderia ser apresentado em outubro no seminário.

Sr. Carlos Müller:

Informou que o seminário deverá ocorrer entre os dias 13 e 17 de outubro, aproveitando a realização da reunião executiva da ITF no Rio de Janeiro, preferencialmente próximo à Praça Mauá e no Museu do Amanhã.

Sr. Dino Antunes:

Concordou com a proposta e sugeriu o alinhamento de todos para aproveitar o evento da ITF no Brasil como oportunidade para avançar na pauta da transição justa.

Sra. Lilian Schaefer:

Ressaltou que a semana do dia 13 de outubro coincide com a reunião do MEPC 83 da IMO, o que dificulta a participação de alguns atores. Sugeriu mudança de data.

Após breve conversa ficou acordado que o seminário será mantido na data proposta.

Sr. Luis Resano:

Apresentou o trabalho desenvolvido pela Coalizão de Transporte para a Descarbonização, ressaltando que o documento, elaborado com apoio da BCG e da CNT, é robusto e destaca como uma das principais alavancas o equilíbrio da matriz de transporte e o uso de combustíveis alternativos. Sugeriu que a CNT fosse convidada para o seminário, por representar todos os modais de transporte.

Sr. Dino Antunes:

Concordou com a relevância do tema “transição energética” e propôs que ele seja incluído na próxima reunião do Fórum, a ser realizada em agosto. Indicou que todos os participantes devem apresentar os esforços que vêm sendo feitos para alcançar melhores resultados na transição energética.

Sr. Carlos Müller:

Manifestou apoio ao convite à CNT para o seminário e também para participar da próxima reunião. Reforçou a importância de que a CNT assine o MoU junto ao governo e aos trabalhadores, demonstrando unidade entre os atores do setor e o Governo.

Sr. Dino Antunes:

Indicou que fará uma consulta aos membros do Fórum antes da próxima reunião para avaliar a maturidade do tema, e convidará a CNT para participar ativamente da construção dos produtos do fórum. Ressaltou a ampla atuação da CNT nos diversos segmentos de transporte.

Sr. José Rebelo:

Reforçou a importância do estudo da Coalizão de Transporte, informando que o levantamento feito pela consultoria contratada abrangeu todos os segmentos de transporte. Afirmou que é consenso a necessidade de uma transição justa para os aquaviários e que a mudança do modal rodoviário para o aquaviário é fundamental para que o Brasil atinja suas metas estabelecidas. Sugeriu que este estudo seja utilizado como base para as próximas reuniões e para o seminário.

Sr. Dino Antunes:

Concordou com a relevância das iniciativas já existentes, mas enfatizou a necessidade de transformá-las em ações terminativas. Propôs que o tema seja retomado na reunião de agosto, com o objetivo de apresentar resultados concretos em outubro. Destacou que a agenda proposta para novembro/dezembro de 2025 e para 2026 poderá ser alterada conforme o avanço das discussões no âmbito do Fórum.

4.2 Apresentação dos temas previstos na pauta da 1ª Reunião:

Sr. Carlos Müller:

Apresentou o tema “Modernização das Infraestruturas do CIAGA/CIABA”, destacando a importância de

garantir recursos para que a Marinha do Brasil desempenhe plenamente seu papel na formação dos marítimos. Reiterou que a CONTTMAF entende que o Ensino Profissional Marítimo (EPM) continuará sob responsabilidade da Marinha do Brasil e a formação de oficiais reconhecida internacionalmente. Propôs a criação de um programa similar ao PROMINP, para garantir financiamento perene à formação de marítimos e uso integral da capacidade das escolas da Marinha.

Destacou ainda:

A necessidade de revisão imediata dos currículos das EFOMM;

A atualização constante do corpo docente, considerando a defasagem entre as normativas internacionais e o avanço tecnológico da indústria naval;

A importância de a Marinha já ter estabelecido regras nacionais para embarcações autônomas, mesmo antes de definições pela IMO.

Sra. Lilian Schaefer:

Endossou a fala do Sr. Müller, afirmando que as embarcações autônomas já são regulamentadas pela Marinha do Brasil. Informou que o SYNDARMA-ABEAM, ABAC, CONTTMAF e SINDMAR já apresentaram proposta de atualização curricular à Marinha, com ênfase nas novas tecnologias, sobretudo nas embarcações de apoio marítimo. Ressaltou o comprometimento dos armadores com a modernização de duas salas do CIAGA como esforço conjunto para melhoria das condições de formação. Defendeu a formação linear e perene de marítimos como pilar estratégico.

Sr. Alexandre Lima (Capitão de Mar e Guerra):

Destacou a relevância da criação do Fórum e afirmou que a Marinha do Brasil está acessível e pretende estreitar ainda mais o relacionamento com a comunidade marítima.

Sr. Carlos Müller:

Ressaltou o papel estratégico do PROMINP nos anos 2000 e 2010, que permitiu a ampliação das infraestruturas do CIAGA/CIABA, aquisição de aparelhos modernos, aumento das vagas e fortalecimento da qualificação técnica.

Sr. Dino Antunes:

Pontuou a necessidade de garantir novos recursos financeiros para manutenção de simuladores, cuja despesa anual pode chegar à casa dos milhões. Considerou positiva a proposta de criação de um novo programa de financiamento com recursos privados, vindos de usuários finais da mão de obra formada.

Sr. Carlos Müller:

Acrescentou que a manutenção dos simuladores, como o da Fundação Gente do Mar, exige a mesma estrutura de um navio, com certificações e pessoal qualificado.

Sr. Alexandre Lima:

Informou que a Marinha está buscando desvincular os recursos do FDEPM do orçamento da União. Apesar de ainda não ter conseguido, houve aumento do número de vagas para oficiais e subalternos em 2025. Reforçou a importância de envolver todo o setor na formação dos trabalhadores aquaviários.

Sr. Luis Resano:

Reforçou que a Marinha tem realizado seu trabalho, mas os desafios orçamentários enfrentados tem dificultado inclusive a atualização das infraestruturas do CIAGA/CIABA. Apontou que a dificuldade de recrutamento de novos alunos agrava a deterioração das instalações. Indicou que está em estudo o custeio da formação por parte das empresas, embora esse caminho seja oneroso e complexo. Ressaltou que a formação precisa ser perene e alinhada com o crescimento da frota nacional, dado que a formação de um oficial leva de 4 a 5 anos.

Sr. Dino Antunes:

Informou que desde 2019 houve queda significativa na formação de marítimos, especialmente na EFOMM. Defendeu a busca por alternativas orçamentárias para reverter esse cenário e atingir os objetivos esperados.

Sr. Mauro Cavalcante (Ministério do Trabalho e Emprego):

Alertou que, para garantir a presença majoritária de brasileiros nas embarcações no futuro, é essencial iniciar a construção de políticas públicas de longo prazo desde agora.

Sr. Carlos Müller:

Reiterou a importância histórica do PROMINP na formação de trabalhadores e lamentou o número crescente de embarcações estrangeiras que empregam apenas um terço de tripulantes brasileiros, especialmente no setor de petróleo e gás.

Citou o **Projeto de Lei nº 1.319/2024**, de autoria dos Deputados Jandira Feghali e Alexandre Lindenmeyer, que prevê que embarcações operando por mais de 240 dias por ano em águas jurisdicionais brasileiras devem adotar a proporção mínima de dois terços de trabalhadores brasileiros na tripulação.

Afirmou que a CONTTMAF defende que o **Ensino Profissional Marítimo (EPM)** continue sendo público, gratuito e mantido pelo governo federal por meio da Marinha do Brasil. Criticou acordos de empresas para trazer marítimos estrangeiros, como peruanos, para atuar no Brasil, em detrimento dos profissionais nacionais.

Destacou ainda que:

Solavancos no setor, como a queda do preço do petróleo em 2014, geram desemprego direto para marítimos (cerca de 35% de oficiais e subalternos à época) e paralisação de dezenas de embarcações.

A formação excessiva também é um risco, sendo elogiada a prudência da Marinha na previsão da necessidade de mão de obra.

Sr. Luis Resano:

Informou que não mencionou as 84 embarcações citadas por Müller, pois pertencem a empresas não associadas à ABAC. Ponderou acerca da concorrência desleal dessas embarcações, que operam com custos menores do que os da bandeira brasileira.

Indicou que, das 54 empresas que operam na cabotagem, apenas 11 são associadas da ABAC. Informou que muitas operam com outorga/autorização para uma lancha de 30 pés, mas afretam embarcações de 120 mil toneladas conforme a RN nº 01 da ANTAQ.

Sugeriu revisão da RN nº 01 para tornar as regras de afretamento mais rigorosas e evitar riscos ambientais e operacionais, pois em caso de empresas sem patrimônio não tem como responsabilizá-las por acidentes ou poluição.

Sr. Dino Antunes:

Informou que a Secretaria Nacional de Hidrovias e Navegação está tratando da formação de marítimos com a Casa Civil e tentando enquadrar o tema no **“Qualifica PAC”**, para garantir recursos.

Acrescentou que está sendo proposta a inclusão, no BR do Mar, de uma regra exigindo que o afretamento por lastro seja compatível com a navegação pretendida.

Sr. Ricardo Ponzi:

Ressaltou a importância de se proteger as **bases estruturantes** do setor: o ensino profissional marítimo e o Fundo da Marinha Mercante. Alertou para a necessidade de atenção às iniciativas legislativas que possam enfraquecer essas bases.

Sra. Lilian Schaefer:

Reforçou que todos os presentes no Fórum defendem a bandeira brasileira. Concordeu com as críticas aos critérios de outorga/autorização da ANTAQ e à permanência de autorizações de empresas que não demonstram compromisso com a política pública setorial, sobretudo no que se refere à geração de empregos, reforçou que o setor tem lutado para conscientizar o governo da necessidade de ter política pública continuada.

Sr. Carlos Müller:

Informou que o SYNDARMA, o SINDMAR e a ABEAM se reuniram para discutir as necessidades de revisão dos currículos das **EFOMM (Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante)**.

Entre as propostas destacam-se:

Retorno do Programa de Instrução no Mar (PIM):

Implementação no segundo semestre dos cursos, permitindo que os alunos tenham contato direto com a

profissão antes de optarem pelas áreas de Náutica ou Máquinas.

Parcerias com fabricantes de motores e equipamentos marítimos:

Com o objetivo de modernizar os treinamentos e proporcionar capacitação prática com especialistas do setor.

Convênios com universidades, escolas técnicas e o SENAI:

Para complementar a formação, sobretudo na área de máquinas, que demanda uso intensivo de laboratórios.

Inclusão do profissional Oficial Eletrotécnico:

A escassez desses profissionais tem levado armadores a contratar estrangeiros.

Solicitou apoio ao Sr. Dino Antunes para a **alteração de Decreto Nº 2.596, de 18 de maio de 1998.**, visando a inclusão formal desses profissionais no regramento nacional. Informou ainda que há um Grupo de Trabalho com a DPC para tratar dessas demandas e oportunamente trará as demandas do GT para o Fórum.

Sr. Dino Antunes:

Afirmou que o Fórum é o espaço adequado para tratar dessas questões. Considerou a possibilidade de alterar o Decreto vigente para permitir que ajustes técnicos sejam realizados por normas de menor hierarquia, conferindo maior celeridade ao processo. Confirmou que dará andamento à demanda no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos.

Sr. Carlos Müller:

Apontou também a necessidade de incorporar na legislação os **tripulantes não aquaviários**, representados pelo SINDEXTAROL, para evitar sua exclusão da categoria reconhecida pela **MLC da OIT**.

Sugeriu ainda a realização de **intercâmbios com empresas de navegação e logística intermodal**, a fim de atualizar alunos e instrutores quanto às práticas modernas de mercado.

Sobre a estrutura educacional, foram identificadas as seguintes necessidades:

Modernização dos laboratórios, simuladores e instalações de apoio ao ensino.

Valorização e qualificação contínua do corpo docente, com incentivo à participação de marítimos experientes como instrutores.

Incentivos financeiros para atrair profissionais qualificados à docência.

Apresentou Desafios e Oportunidades, citando a exploração da Margem Equatorial. Destacou que a exploração da Margem equatorial representa um potencial de crescimento para o apoio marítimo e offshore, exigindo a formação de profissionais capacitados, sobretudo para embarcações tipo **FPSO**.

Sra. Lilian Schaefer:

Ressaltou que até 2027 o Brasil concentrará **50% das FPSOs do mundo**, evidenciando a urgência de preparar mão de obra nacional para essa demanda.

Sr. Carlos Müller:

Afirmou que o Brasil possui atualmente a terceira maior frota offshore nacional no mundo e é detentor da maior frota de navios aliviadores de posicionamento dinâmico, e até agora nenhum está em bandeira brasileira, todas em bandeira de conveniência, e temos também a maior frota de navios Tanque MR, e apenas quatro operam sob bandeira brasileira.

Sr. Carlos Müller:

Destacou o **Programa TP25 da Transpetro** e o crescimento da cabotagem com a regulamentação do BR do Mar.

Mencionou a criação de um **fórum permanente sobre a MLC (Maritime Labour Convention)** em conjunto com a Transpetro, com foco em:

Debater condições laborais dignas;

Combater embarcações com bandeiras de conveniência;

Valorizar a bandeira brasileira.

Informou que têm sido realizadas reuniões com o setor de apoio marítimo e offshore para formulação de estratégias conjuntas, incluindo encontros com os responsáveis pelo **Programa Autonomia e Renda da Petrobras**.

Ressaltou que esse programa apresenta potencial para se tornar um novo PROMINP, viabilizando investimentos na modernização das infraestruturas do CIAGA e CIABA. Também mencionou que está em curso o **Programa de Renovação de Frota da Transpetro – TP25**.

Sr. José Válido:

Informou que o Programa de Autonomia e Renda é coordenado pelo Sr. José Renato, antigo executivo do PROMINP. A próxima reunião está prevista para a terceira semana de julho. Afirmou que foi solicitado envio de mais informações sobre a formação de marítimos.

Destacou que, inicialmente, o programa não contemplava os marítimos, mas há esforço para incluí-los, com apoio da ABAC, SYNDARMA e da Marinha.

Sr. Jones Soares (Transpetro):

Reforçou o apoio da Transpetro à bandeira brasileira, por entender que ela traz segurança estratégica para a empresa e para a Petrobras.

Salientou que o **Programa TP25** demandará tripulantes qualificados. Defendeu a retomada de um PROMINP, desde que acompanhado por um **arcabouço regulatório** robusto, que facilite à Petrobras o cumprimento de suas obrigações.

Sr. Dino Antunes:

Concordou com a importância de articulação regulatória para viabilizar os programas. Sugeriu que a Marinha envie os instrumentos e propostas necessários para dar seguimento ao tema no âmbito do Ministério.

Sr. Alexandre Lustoza:

Salientou a importância de manter a Marinha informada sobre as tratativas com a Petrobras, para que os processos sigam com fluidez e responsabilidade institucional.

Sr. José Rebelo:

Alertou que a **navegação interior** sofre com os mesmos desafios do setor marítimo, especialmente a **escassez de Fluviários** capacitados em especial para operar os **supercomboios**. Informou que a movimentação atual pelo Arco Norte gira em torno de 40 a 50 milhões de toneladas por ano, mas há risco de acidentes ou paralisações por falta de tripulação.

Relatou que foram feitas visitas ao DPC e à FEMAR, e contratado um **estudo sobre demanda futura de profissionais**, com entrega prevista para o início do segundo semestre de 2025. Além disso, avaliam formar turmas pelas próprias empresas como medida emergencial.

Sr. Dino Antunes:

Destacou que o **comboio 7x5**, com capacidade para transportar 35 barcas (cerca de 70 mil toneladas), é um marco da navegação interior, viabilizado pelo uso de novas tecnologias. Enfatizou o papel da DPC na formação dos tripulantes e da DHN nas cartas eletrônicas e na gestão do calado dinâmico.

Sr. Jonas Soares (ANTAQ):

Afirmou que a já apresentou trabalho acadêmico em um seminário defendendo o **fim das outorgas inadequadas**, ressaltou que a agência cumula as funções de regulação e fiscalização. Em casos de **concorrência desleal**, afirmou que a ANTAQ deve comunicar os órgãos competentes e acompanhar o processo, inclusive nos casos em que embarcações não condizentes com a navegação pretendida utilizam autorizações indevidas.

Sra. Lilian Schaefer:

Criticou as **outorgas inadequadas** concedidas pela ANTAQ a embarcações que não operam de forma compatível com as exigências do apoio marítimo.

Explicou que o SYNDARMA representa cerca de **80% da frota de apoio marítimo** e atua em Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), mas há mais de 140 outorgas emitidas, sendo que menos da metade está de fato operante. Pontuou que algumas embarcações são classificadas como multiprósitos apenas para

justificar a outorga, gerando **insegurança jurídica** e desvantagem competitiva para as empresas comprometidas com a legislação.

Sr. Luis Resano:

Parabenizou a ANTAQ pela iniciativa de revisão, mas criticou a dependência da análise técnica da Marinha, via CTS, que muitas vezes classifica uma embarcação de pequeno porte como apta a navegar em mar aberto. Apontou que a **Lei nº 9.432/1997** e a **Lei nº 9.537/1997** devem ser respeitadas na classificação das embarcações. Ressaltou que a ANTAQ deveria exercer uma análise autônoma e desvinculada do entendimento da Marinha, pois, ao seguir a CTS como parâmetro, acaba por conceder **outorgas impróprias**. Criticou também a lentidão no **processo de cassação de outorga**, que pode durar anos, favorecendo a manutenção de práticas irregulares.

Sr. Alexandre Lustoza (Marinha):

Esclareceu que a Marinha realiza suas classificações conforme as competências legais, e que embarcações pequenas podem, tecnicamente, serem classificadas para mar aberto, mas a definição do uso (cabotagem, apoio etc.) não cabe à Marinha.

Reforçou que a fiscalização exige equipe especializada e que a Marinha se empenha, dentro de suas limitações, para manter esse quadro técnico. Alertou também que a formação de docentes é complexa, sobretudo diante das exigências operacionais das embarcações modernas, como as da ABEAM.

Sr. Luis Resano:

Questionou a **falta de transparência quanto ao número de marítimos formados** e sugeriu maior clareza nas metas e previsões da Marinha do Brasil.

Sra. Lilian Schaefer:

Informou que faz parte do Conselho Consultivo do Ensino Profissional Marítimo, mas que, infelizmente, as apresentações realizadas nas reuniões não são compartilhadas.

Relatou insistência por previsibilidade nos dados de formação, o que até o momento não foi atendido. Aproveitou a oportunidade para solicitar ao Comandante Lustoza a viabilização da transparência das informações e sugeriu a inclusão do Ministério de Portos e Aeroportos como membro efetivo do Conselho.

Sr. Dino Antunes:

Concordou com a proposta, destacando que seria extremamente relevante a participação do Ministério no Conselho, para alinhar políticas públicas e metas de formação com as ações da pasta.

5. DEFINIÇÃO DA DATA DA PRÓXIMA REUNIÃO

Sr. Dino Antunes:

Propôs que a **próxima reunião do Fórum** ocorra no dia **26 de agosto de 2025**, com sugestão de adotar um sistema de rodízio de local para as reuniões.

Sra. Lilian Schaefer:

Sugeriu que a próxima reunião ocorra na sede do **SYNDARMA-ABEAM**.

Decisão:

Ficou acordado que a próxima reunião será realizada no dia **26 de agosto, às 10h**, na sede do **SYNDARMA**, com duração prevista para o dia inteiro.

6. TEMAS DEFINIDOS PARA A PRÓXIMA REUNIÃO

Continuidade da pauta sobre formação de marítimos, com foco nos projetos PROMINP/Autonomia e Renda/CAPACITA-PAC;

Transição Energética

Apresentação do Estudo da Coalizão de Transporte para a Descarbonização – CNT/BCG;

Relato sobre a organização do Seminário Internacional e status da tramitação do Memorando de Entendimentos;

Sustentabilidade Social no BR do Mar;

1. Apresentação do status da elaboração da Portaria de Embarcações Sustentáveis pelo Ministério de Portos e Aeroportos.

Participação feminina na atividade marítima

observação do Sr. Carlos Müller destacou que a portaria de priorização do FMM abrange apenas cargos de gestão, e não os operacionais, assim seria interessante mudar a portaria para ter mais efetividade.

Convidados a serem incluídos:

Federação Internacional dos Trabalhadores em Transportes – ITF;

Confederação Nacional do Transporte – CNT;

Petrobrás.

Propostas adicionais de tema para a próxima reunião:

Relato sobre o status da assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) durante a reunião de 26 de agosto;

Relato sobre alinhamento MPOR e Marinha com a Diretoria da Transpetro sobre ajustes regulatórios necessários relativos ao **Programa Autonomia e Renda**;

7. ENCERRAMENTO

Sr. Dino Antunes agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a presente reunião e foi elaborada a sua ata, que para fins de direito vai devidamente assinada pelo Coordenador e pelo Secretário-Executivo do Fórum Permanente para Discussão de Políticas Públicas para os Trabalhadores Aquaviários.

OTTO LUIZ BURLIER DA SILVEIRA FILHO

Diretor de Navegação e Fomento

Secretário-Executivo do Fórum Permanente

DINO ANTUNES DIAS BATISTA

Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação

Coordenador do Fórum Permanente



Documento assinado eletronicamente por **Dino Antunes Dias Batista**, **Secretário Nacional de Hidrovias e Navegação**, em 08/10/2025, às 20:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



Documento assinado eletronicamente por **Otto Luiz Burlier da Silveira Filho**, **Diretor do Departamento de Navegação e Fomento**, em 10/10/2025, às 00:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 3º, inciso V, da Portaria nº 446/2015 do Ministério dos Transportes.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0)
[acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.transportes.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&lang=pt_BR&id_orgao_acesso_externo=0),
informando o código verificador **10226122** e o código CRC **D3CD5FE2**.



Referência: Processo nº 50020.008882/2024-77



SEI nº 10226122

Esplanada dos Ministérios, Ed. Anexo Oeste - Bairro Zona Cívica Administrativa
Brasília/DF, CEP 7000044/900
Telefone: